

## **A EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NA REGIÃO DE ANDRADINA E A CRISE DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

**Carlos Vinicius Xavier<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Atualmente, ocorre no campo brasileiro um processo de elevação dos investimentos na produção de agrocombustíveis, em que se destaca a expansão da produção de etanol. Nesse contexto observa-se, de forma mais intensa no interior do estado de São Paulo, uma nova fase de expansão da canavicultura, a qual se insere a região de Andradina.

Considerando que o avanço da monocultura da cana na região tem ocorrido principalmente por relação de arrendamento de terras, discuti-se neste artigo a conformação de um cenário que marca ocorrência de um processo de intensificação da transferência de renda para o capital sucroalcooleiro.

Verifica-se nesse contexto que, mesmo com essa intensificação, tal processo não tem contemplado os pressupostos da reprodução do capital. Procura-se aqui, mostrar uma análise que contrarie a leitura de que, em decorrência do avanço do capital agroindustrial canavieiro, esse seria capaz de gerar para si um processo de acumulação ascendente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroindústria; expansão do capital; transformações territoriais; subvenção; renda fundiária.

### **RESUMEN**

En la actualidad, hay un proceso en el campo brasileño de aumento de las inversiones en la producción de agrocombustibles, destacándose la expansión de la producción de etanol. En este contexto, es decir, más intensa en el estado de São Paulo, en una nueva fase de expansión de canavicultura, que se inscribe en la región Andradina.

Teniendo en cuenta que el avance de los monocultivos de caña de

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – FFLCH/DG. Endereços eletrônicos do autor: [cviniusxavier@gmail.com](mailto:cviniusxavier@gmail.com), [viniciusxavier@usp.br](mailto:viniciusxavier@usp.br).  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Larissa Mies Bombardi.

azúcar en la región se ha producido en relación con el arrendamiento de tierras, se analizan en este trabajo la conformación de una escena que marca la aparición de un proceso de intensificación de la transferencia de ingresos para el capital de la caña de azúcar.

Es en este contexto que, incluso con la mayor transferencia de renta de la tierra para el capital agro-industrial, esto no ha sido capaz de contemplar sus suposiciones. Busque aquí, poner una lectura contraria de la que, debido al adelanto de la capital de la caña de azúcar, que sea capaz de generar por sí mismo un proceso de acumulación hacia arriba.

**PALABRAS CLAVE:** Agronegocio; ampliación del capital; transformaciones territoriales; subvencion; renta de la tierra.

## Introdução

Tem-se em curso, no contexto do campo brasileiro, um processo de elevação da produção de agrocombustíveis, no qual se destaca a expansão da produção de etanol. Oficialmente pode-se observar que esse processo tem sido impulsionado por prerrogativas tanto de cunho social e ambiental quanto econômica.

Do ponto de vista social e ambiental, a expansão da monocultura da cana remete a constituição daquilo que o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) denomina como “o mito do etanol”, já que da forma como tem sido apresentado, criou-se a idéia de que este seria necessariamente um combustível limpo, socialmente responsável, livre de impactos nocivos ao meio ambiente e que por isso mesmo atenderia às demandas globais por fontes renováveis de energia.

Sob a perspectiva econômica, a expansão do capital canavieiro se insere no contexto do avanço de diversos setores do capital no campo, processo com vista a garantir a presença do agronegócio brasileiro no sistema global de troca

de mercadorias, necessariamente de forma competitiva e rivalizando com o centro do sistema capitalista neste setor.

Ao assumir tal posição, o Brasil tenta a qualquer custo elevar sua participação no sistema de comércio mundializado, tendo a necessidade de cumprir com as exigências de um mercado que impõe mudanças aceleradas àqueles que dele buscam fazer parte. Sendo assim, resta ao país se inserir precariamente nesse sistema, principalmente na condição de fornecedor de mercadorias de origem agropecuária (OLIVEIRA, 2003). Nesse contexto destaca-se o papel desempenhado pelos diversos setores do capital no campo, responsáveis por comandar o comércio desses produtos e incetivar o processo de expansão da produção de monocultivos.

Em especial no caso da agroindústria canavieira, que vivencia uma massiva expansão, verifica-se que esse avanço tem se efetivado, principalmente em *novas* área de produção, a partir do arrendamento de terras. Essa é a forma como tem ocorrido, em especial no caso aqui retratado, na região de Andradina.

Ao arrendar essas terras, verifica-se que a agroindústria, que comanda o processo produtivo, tende a forçar a apropriação de lucro suplementar, ou renda fundiária, pela tendência que se observa de diminuição dos valores pagos pelo arrendamento de terras. Todo esse processo é incentivado, já que, ao avançar no campo, o capital agroindustrial busca insistentemente solucionar sua crise de reprodução transferindo para si renda da terra.

Mas na prática, o que se verifica é que, mesmo com a intensificação da transferência da renda fundiária para o capital agroindustrial, este não tem se mostrado capaz de contemplar seus pressupostos. Desse modo, procura-se mostrar

neste artigo uma análise que contrarie a leitura normalmente aceita de que, com avanço da agroindústria, o capital geraria para si um processo de acumulação ascendente.

O que se pode constatar é que na atual expansão do capital sucroalcooleiro, tal processo se insere em um contexto histórico. Não diferente de outros períodos, constata-se a repetição do primordial papel desempenhado pelo Estado, como fomentador do processo de avanço do capital, tendo em vista garantir as bases da agroindústria na forma de subvenção.

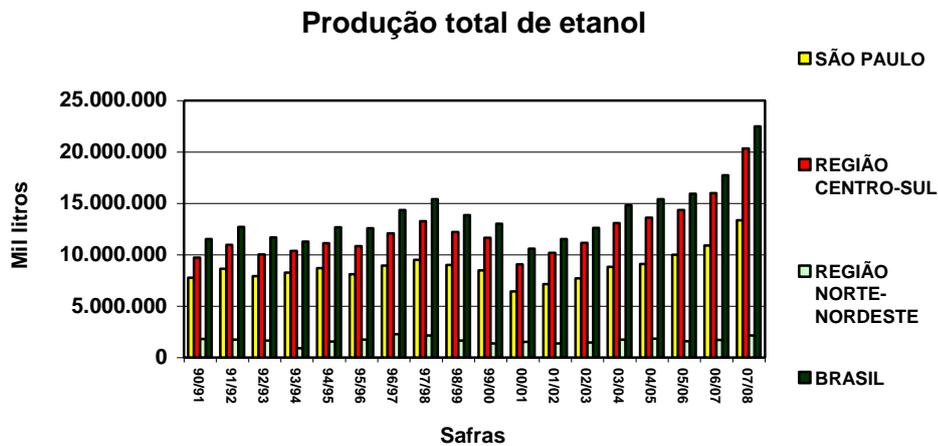
### **A expansão do capital canavieiro e a reprodução do “mito do etanol”**

Tem-se em curso, no contexto do campo brasileiro, a ocorrência de um processo de elevação da produção de agroenergéticos, em que se destaca a atual expansão do plantio da cana-de-açúcar. Nesse cenário, vê-se a disseminação de um discurso oficial voltado à elevação da produção de “combustíveis renováveis”. Observa-se que argumentos de ordem “ambiental” têm sido amplamente utilizados com o intuito tanto de justificar a ampliação dos investimentos na produção de etanol, projetado a condição de fonte de energia limpa, socialmente responsável e renovável, quanto para justificar o papel do Brasil como produtor de “energia” (BOMBARDI, 2009).

Verifica-se, especialmente em São Paulo, atualmente o maior produtor de cana-de-açúcar do país (observar o gráfico 1), uma significativa expansão desta

monocultura, repetindo um processo já ocorrido em outros momentos históricos, como foi no caso do Programa Nacional do Álcool – 1975 (BRAY, 2000).

**Gráfico 1:**



Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar/UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Org.: XAVIER, C.V

De certa forma, a intensificação da produção de etanol reflete, por um lado, a alavancada da indústria automobilística a partir do lançamento da tecnologia *Flex Fuel* (bicombustíveis), fato que tem resultado na elevação da demanda por álcool combustível. Na prática este processo tem resultado na expansão do capital canavieiro, já que em função da alta do petróleo e da necessidade de redução das emissões de gases poluentes, abriu-se a possibilidade para investimentos na expansão da produção de etanol, apontado como combustível limpo, supostamente livre de impactos nocivos ao meio ambiente (AZEVEDO, J.R.N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A.M.S., 2006).

Essa visão resulta da criação daquilo que o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) denomina como “o mito do etanol”, já que sob a chancela de uma suposta preocupação com questões ambientais, se atribui ao

etanol a condição de fonte de energia “verde”, limpa e renovável. Contrapondo tal perspectiva, é importante antes de tudo destacar alguns dados, resultado de recentes estudos, que mostram os impactos ambientais e sociais gerados com o atual sistema de produção do etanol e que vêm a desmistificar tal processo.

A começar pela grande quantidade de resíduos gerados durante o processo de destilação do combustível. Sabe-se que para cada litro de etanol produzido são gerados de dez a dezoito litros de vinhaça (também conhecido regionalmente como restilo e vinhoto). Esta substância, caracterizada como efluente de destilarias, apresenta um alto poder poluente além de se caracterizar por alto valor fertilizante – exatamente um dos fatores que tem contribuído para larga utilização nas lavouras canavieiras, sob o argumento de que quando utilizadas no solo podem melhorar a fertilidade (SILVA; GRIEBELER; BORGES, 2007).

Deve-se ressaltar que o poder poluente da vinhaça chega a ser cem vezes maior que o esgoto doméstico, o que se explica pela presença de grande quantidade de matéria orgânica, pelo baixo pH, elevada corrosividade e aos altos índices de demanda bioquímica de oxigênio (DBO). Acrescenta-se a essas características a elevada temperatura da vinhaça ao sair dos destiladores (atingindo temperaturas que variam entre 70 e 80 graus centígrados). Ao ser lançado diretamente ao solo, considera-se este como um procedimento altamente prejudicial à fauna, flora, micro fauna e microflora das águas doces, além de afugentar a fauna marinha que vem às costas brasileiras para procriação (Freire & Cortez, 2000 Apud SILVA; GRIEBELER; BORGES, 2007)<sup>2</sup>. Além disso, quando utilizada em grandes

---

<sup>2</sup> FREIRE, W. J.; CORTEZ, L. A. B. *Vinhaça de cana-de-açúcar*. Guaíba: Agropecuária, 2000. 203p

quantidades, a vinhaça age como um contaminante de águas superficiais e subterrâneas. Este fato vem a comprometer não somente a saúde humana e animal, como o próprio desenvolvimento dos cultivos (Stevenson, 1986 Apud SILVA; GRIEBELER; BORGES, 2007)<sup>3</sup>.

Outro aspecto que merece ser discutido refere-se aos problemas decorrentes do uso das queimadas para colheita da cana. Diversos são os argumentos, tanto a favor quanto contra este procedimento. Em defesa desse método, o capital agroindustrial aponta o que significariam vantagens para si, como: a eficiência e a economia durante a operação de limpeza da cana; a vantagem econômica no processo industrial, já que se elimina quase 50% da água contida no caule; o aumento da produtividade no corte manual e a diminuição dos acidentes provocados por animais venenosos, encontrados com frequência nas plantações (MIALHE, 1996). Isto que é apontado como “vantagens” geradas pela utilização das queimadas, na realidade está acompanhado de diversos impactos resultantes da utilização do método, como: os desequilíbrios causados na flora e fauna; a contribuição para a diminuição da qualidade do ar nas cidades; o surgimento de chuvas ácidas, diminuindo assim a disponibilidade de nutrientes nos solos; além do entupimento dos poros da camada superficial do solo pelas cinzas, promovendo a formação de crosta superficial que reduz a infiltração da água e piora a sua aeração (MIALHE, 1996).

Tais estudos evidenciam o modo como a utilização das queimadas em plantações de cana-de-açúcar tem sido responsável por modificar as características

---

<sup>3</sup> STEVENSON, F. J. *Cycles of sil-carbon, nitrogen, phosphorus, sulfur, micronutrientes*. In: Tan, K.H. (Ed.). **Principles of soil chemistry**. 2.ed. New York:Marcell Dekker, 1986, 362p.

do meio ambiente, além de causar efeitos deletérios à saúde da população de regiões onde a cana é cultivada, colhida e industrializada (ARBEX, 2002; RIBEIRO, 2008).

Destaca-se ainda que com o processo de expansão da canavicultura, além da geração de problemas ambientais, intimamente ligados a efeitos nocivos a saúde humana, existe a intensificação da exploração da mão-de-obra utilizada no corte da cana. O Professor Francisco Alves divulga em artigo intitulado “Por que morrem os cortadores de cana?” como tem ocorrido esse processo de super-exploração da mão-de-obra: segundo o estudo, a média diária de corte de cana por trabalhador era nos anos 60 de três toneladas, nos anos 80 a média passou para 6 toneladas, nos anos 90 para 10 toneladas e, finalmente, na década atual a média de corte de cana por trabalhador está entre 12 e 15 toneladas diárias. Este dispêndio de energia excessivo tem levado à morte de trabalhadores. Desde 2004 foram registradas 19 mortes somente no estado de São Paulo, sendo que uma parte desses trabalhadores morreu no eito do trabalho, ou seja, durante o próprio corte da cana (ALVES, 2006).

Mas independente desses aspectos, que do ponto de vista ambiental e social demonstram características que refutam o argumento de que o etanol da cana-de-açúcar seja uma fonte de energia limpa, o fato é que tal produção continua a se expandir de forma massiva, inclusive com a insistente reprodução das justificativas ambientais e sociais.

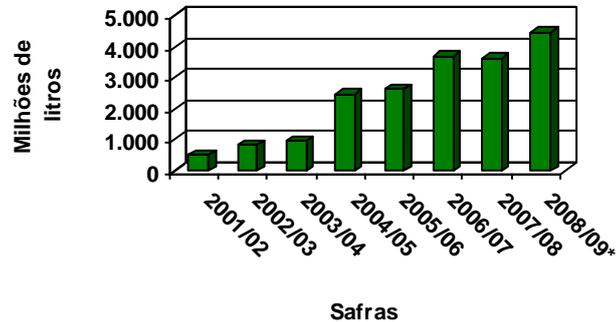
## **O agravamento da crise da reprodução crítica do capital no processo de avanço do capital agroindustrial canavieiro**

Atualmente o Brasil responde por uma produção anual de etanol de aproximadamente 23 bilhões de litros, volume de produção que o aponta como o segundo maior produtor mundial (UNICA, 2009).

Com base em estimativas apresentadas pelo setor sucroalcooleiro, futuramente prevê-se o aumento dessa produção, tendo como um dos principais objetivos a manutenção da crescente participação do etanol brasileiro no comércio internacional. A partir do gráfico 2, observa-se a recente elevação do volume de etanol exportado pelo Brasil.

### **Gráfico 2:**

### Exportações anuais de etanol pelo Brasil



Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar/UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Org.: XAVIER, C.V  
\*Exportações referentes ao ano safra de 2008/09 são parciais: correspondem ao volume exportado entre abril de 2008 a janeiro de 2009.

O aumento da exportação de etanol reflete o significativo aumento do número de países para os quais o Brasil tem exportado o produto. Em 2006 o país exportou etanol para 39 países, no ano seguinte esse número saltou para 43 países e em 2008, apenas até o mês de abril, o Brasil já havia exportado etanol para 58 países<sup>4</sup>.

Essa intensificação da participação brasileira no comércio mundial de agrocombustíveis pode ser exemplificada pela atuação da Petrobrás nesse mercado. De acordo com a Agência Brasil<sup>5</sup>, a empresa exportou em 2006 um volume de 120 milhões de litros de etanol (sendo que apenas para a Venezuela, que

<sup>4</sup> Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia.

<sup>5</sup> Fonte: Agência Brasil - Empresa Brasileira de Comunicação, ligada à Presidência da República.

até esse momento figurava como seu principal mercado consumidor); no ano seguinte esse volume de exportação praticamente dobrou<sup>6</sup>.

Segundo o Plano Estratégico da Companhia, as estimativas apontam que para o ano de 2011 as exportações da petroleira deverão atingir os 3,5 bilhões de litros, tendo agora como principal destino consumidor o mercado japonês. Na avaliação da direção de Abastecimento da Petrobrás, para que a Companhia atinja essa meta estimada de 3,5 bilhões de litros de etanol, serão necessários investimentos da ordem de US\$ 4 a US\$ 5 (BOMBARDI, 2009).

Mas esse atual processo de expansão da agroindústria canavieira reproduz algumas das mesmas características de diferentes momentos históricos desta atividade, principalmente no que se refere às ações do Estado. Repete-se o dispêndio de grandes investimentos de capitais com o objetivo de proporcionar alterações de base técnica que possibilitem a dinamização da agroindústria sucroalcooleira. No limite, trata-se da repetição de políticas que caracterizaram principalmente o período do Proálcool (BRAY, 2000). Até mesmo em momento anterior à implantação do programa, especificamente durante a década de 1960, verificou-se uma fase de incipiente modernização das áreas canavieiras, decorrente do crescimento das exportações de açúcar durante o período. Nesse processo observou-se uma ação efetiva do Estado, inclusive com a criação de fundos para investimento com vista à alavancada do setor. Como no caso da criação do “Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira”, cuja motivação principal foi de criar as condições para o surto das vendas brasileiras de açúcar no exterior

---

<sup>6</sup> Fonte: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/09/materia.2007-03-09.4905555913/view>>.

(BRAY, 2000). Nesse período, pôde ser observado um fenômeno de intensa capitalização dos usineiros, uma política que se repetiu a partir de 1975, com o lançamento do Proálcool (ANDRADE, 1981).

Sílvio Carlos Bray (2000) aponta que a criação do Proálcool pelo Estado primeiramente serviu ao usineiro, com vista a resolver seu problema com as dívidas contraídas via Fundo Especial de Exportação (no contexto do período que antecedeu à modernização do setor). Na seqüência atendeu aos fabricantes de equipamentos industriais do ramo, como no caso da Zanini (de Sertãozinho) e Dedini - "Codistil" (de Piracicaba), que tinham desenvolvido uma ampla estrutura para atender ao Programa de Racionalização de Agroindústria Açucareira (programa anterior ao Proálcool que visava à melhoria da qualidade da matéria prima e a racionalização da produção). Em outras palavras, o Estado se comprometeu a subvencionar a agroindústria sucro-alcooleira, como fica evidente no Art. 5º de decreto que institui o programa (REGO, 1990).

Na atual conjuntura, o que o Estado brasileiro tem demonstrado, inclusive com ações efetivas, é seu posicionamento de apoio à atual fase de expansão dos agrocombustíveis. Trata-se de uma atuação incontestada no sentido de oferecer condições para expansão do agronegócio, principalmente no que se refere à oferta de linhas de crédito para o setor, com vista a elevar a produção principalmente no sentido de aumentar as exportações. O anúncio de elevação dos investimentos continua a se confirmar. No ano de 2008 a indústria sucroalcooleira atingiu seu recorde na tomada de recursos junto ao BNDES em um ano. Segundo informação de Paulo Faveret, gerente do Departamento de Biocombustíveis do

banco, o setor tomou R\$ 5,2 bilhões (BRITO, 2008); somente em outubro de 2008, foram desembolsados R\$ 800 milhões de reais, sendo que hoje o setor apresenta uma carteira de crédito de R\$ 29 bilhões (BRITO, 2008).

Dessa maneira se verifica uma nova fase de expansão da canavicultura, pela repetição de um processo que já havia ocorrido em outros períodos, como na década de 1960, com o aumento das exportações de açúcar, ou a partir da implantação do Proálcool, durante a década de 1970 (BRAY, 2000); todos esses processos marcados pela subvenção estatal.

Tal cenário revela a manutenção da posição assumida pelo Brasil ao se inserir no sistema mundial de troca de mercadorias, em que passa a ter a necessidade de cumprir com as exigências de um mercado que impõe mudanças aceleradas àqueles que nele participam. Sob pena de diminuição da sua participação, são conduzidos a um processo cada vez mais intenso de imobilização de capitais na forma de capital fixo. Na volúpia de atender às demandas desse mesmo mercado, intensa é a necessidade de investimentos para o aperfeiçoamento da produção. Nesse sentido, verifica-se como é crescente a massa de investimento de capitais, com a penetração das ciências e intensificação da produtividade.

Em países periféricos, como é o caso do Brasil, cuja condição principal é a de fornecedor de commodities, verifica-se que a implantação de uma agricultura que se orienta no mercado mundial, com exigências de aplicação de capitais, seja na forma de financiamento da própria produção, seja no desenvolvimento de pesquisa, conta, necessariamente, com a participação primordial do Estado. Este passa ser o fomentador desse agronegócio, com vista a garantir as bases da

agroindústria na forma de subvenção. Isto é reflexo da busca pela intensificação da produtividade, forçada pela lógica da concorrência (KURZ, 1993).

Mas este é um processo contraditório que tem como principal consequência o aprofundamento da crise no interior desses países, pois:

Quanto mais alto o nível mundial de produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado. E quanto mais se estica o metro para medir a penetração das ciências, da técnica e da automatização, tanto mais cresce também para além da própria produção, a necessidades de investimentos gigantescos no sistema de logística e infra-estrutura social global, nas ciências e na educação, na administração e nos serviços, necessidades a qual os países atrasados não podem atender nem de longe. (KURZ, 1993, p. 172)

Com base nesse modelo de desenvolvimento econômico, cabe ao Estado financiar a produção, investir em pesquisa e ainda buscar fôlego para aprimorar a infraestrutura e o sistema de logística, como é o caso da instalação de um sistema de transporte voltado ao escoamento da produção do agronegócio. Especialmente no caso da expansão sucroalcooleira, elenca-se a construção alcoodutos e terminais para exportação de etanol em alguns dos principais portos do país (BOMBARDI, 2009).

Todo este processo, em especial para o caso brasileiro, tem resultado num aumento da dívida pública, já que tem um Estado insistente em subvencionar seu principal setor exportador que é a agroindústria. Tal endividamento deve-se ao fato de que para realizar tais aprimoramentos, necessários para se inserir no

mercado global, esses investimentos são realizados pela captação de recursos tomados de empréstimos em mercados financeiros.

Verifica-se que a constituição da agroindústria, que avança a partir da década de 1970, apresenta íntima conexão, portanto, com o capital financeiro. No limite, pode-se afirmar que tal expansão da agroindústria no Brasil, aparece como uma atividade voltada à reposição desse capital fictício, considerando este mecanismo do endividamento. Pois o que acontece, em outras palavras, é que dos empréstimos internacionais, necessários para constituição de uma economia de exportação, donde a agroindústria ganha destaque, é que nasce o endividamento do Estado, já que este é quem subvenciona essa economia. A quitação dessas dívidas, como promessa, se resolve pela busca do aumento da inserção no mercado mundial (ALFREDO, 2007, p. 07). Conseqüentemente e até pela incapacidade do país concorrer em outros setores, assume-se claramente a opção de expandir a atividade agroindustrial, incluindo o setor sucroalcooleiro em sua tentativa de atingir novos mercados internacionais.

Dessa forma se intensifica a sujeição do país aos desígnios do mercado mundial, no qual o país continua a exercer seu papel de eterno fornecedor de commodities. Segundo OLIVEIRA (2003):

[...] A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva do seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a essa lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. [...] A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial. (OLIVEIRA, 2003, p. 120).

Ao mesmo tempo em que o país exporta determinados produtos, principalmente commodities, está obrigado a importar outros (OLIVEIRA, 2003, p. 122) – normalmente produtos com maior valor agregado, inclusive novas tecnologias a serem utilizadas por esse mesmo agronegócio, as quais o país não tem capacidade de suprir internamente. Isto explica a regulação da produção brasileira com vistas a atender aos interesses do mercado mundializado e não pelos interesses internos.

Somam-se a tudo isto, algumas questões conjunturais que mostram a constituição no campo brasileiro de um cenário que tem propiciado não somente a expansão do capital agroindustrial canavieiro, como também de diferentes setores do agronegócio. Na realidade a grande propriedade monocultora tem sido posta como aquela capaz de desenvolver uma agricultura moderna e, por isso mesmo, goza de amplo apoio estatal e também da opinião pública.

Mitos a parte, ao analisar as bases dessa expansão agroindustrial, em especial neste caso o setor canavieiro, evidencia-se a contradição maior dessa agroindústria que é a histórica incapacidade de se auto-repor, vide pela reprodução de mecanismo de endividamento do Estado ao subvencionar tal expansão. No limite isto significa dizer que a agroindústria, ao contrário do que se possa imaginar, com relação à expansão do seu capital, mostra aqui nada mais que a incapacidade de seu processo de acumulação gerar sua própria reprodução ampliada. A presença do capital financeiro, na forma dos empréstimos concedidos pelo Estado e que possibilitam a expansão da atividade agroindustrial, revelam na realidade a

expansão da crise, ou seja, da perda da capacidade do capital repor seus investimentos – necessários para própria realização dos seus pressupostos (ALFREDO, 2007).

## **A região de Andradina no contexto da expansão do capital sucroalcooleiro**

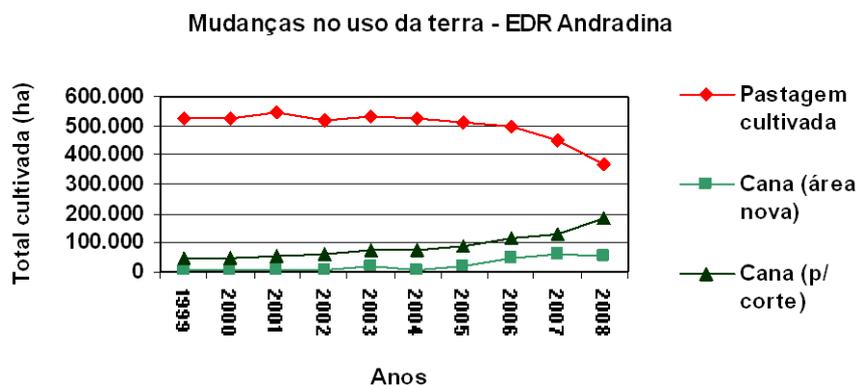
A região de Andradina, localizada no interior do estado de São Paulo, insere-se nesse contexto da atual fase de expansão da monocultura canavieira. Constata-se na região a realização de um fenômeno já sucedido no passado em diversas regiões, que seria o de uma expressiva transformação do território decorrente da expansão da agroindústria da cana.

Historicamente a região foi caracterizada pela significativa presença da atividade pecuária, principalmente gado de corte e em menor expressão gado leiteiro, além da alternância de culturas sazonais, como: algodão, milho, amendoim, mandioca e feijão. Mas, hoje tal cenário tem se reconfigurado em decorrência das transformações geradas pelo avanço do capital sucroalcooleiro. Há indícios de que as terras voltadas à pecuária, que era antes a principal atividade econômica da região, vêm sendo massivamente substituída pela cana-de-açúcar, de forma mais acentuada a partir dos últimos cinco anos. Tais mudanças podem ser sinalizadas através do gráfico 3, que mostra a diminuição significativa da área de pastagem em contraposição à elevação do monocultivo de cana.

Acompanhado de tais mudanças, verifica-se o encolhimento do rebanho bovino, tanto de corte quanto leiteiro. De acordo com os dados do IEA

(Instituto de Economia Agrícola, 2009), no intervalo dos últimos cinco anos, o rebanho para corte sofreu uma redução de aproximadamente 25%, enquanto que para o gado leiteiro esta redução foi ainda maior, chegando a quase 60% no período.

**Gráfico 3:**



Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola).  
Org: Xavier, C.V.

A conformação de tal cenário, de certa forma, revela a expectativa por parte do agronegócio canavieiro de que até 2013 o número de usinas de açúcar e álcool instaladas no Oeste Paulista (onde se localiza a região de Andradina) chegue a aproximadamente 100 agroindústrias e que a área plantada com a gramínea atinja a marca de 31% do total de terras cultivadas! (AZEVEDO, J.R.N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A.M.S., 2008).

Nas *novas* áreas caracterizadas pelo avanço da atividade canvieira, verifica-se a constituição de uma estreita relação entre os representantes do capital sucroalcooleiro e os proprietários de terras, principalmente com os grandes

proprietários, que antes se dedicavam a pecuária extensiva. Constatase que com a expansão da agroindústria da cana, muitas dessas fazendas que se apresentavam como improdutivas ou ainda com uma baixa geração de renda da terra, considerando a produtividade ínfima da pecuária extensiva que se praticava, passaram a estabelecer contratos de arrendamento com as usinas, sob o argumento de que ao assumir a posição de rentistas da agroindústria, haveria a possibilidade de gerar para si, rendimentos mais “vantajosos”.

Na realidade, este cenário revela o caráter rentista de como a terra se apresenta no Brasil, tendo como fim não a produção de alimentos, mas a especulação, intimamente condicionada a questões conjunturais que favoreçam a extração da renda (PAULINO, 1998). Essas terras que se encontram concentradas na forma de grandes propriedades reproduzem esse caráter, funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Funcionam, portanto, como mecanismo que visa garantir o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Para compreender a maneira como se configura esse caráter rentista da terra no Brasil, é necessário analisar a forma como ocorre o processo de dominação das terras, que pode acontecer através da imobilização de capitais para sua compra, ou ainda de outra forma, por sinal muito comum no campo brasileiro, que é pela prática da grilagem.

A primeira forma já caracterizaria uma irracionalidade, em função da necessidade de se imobilizar capital para garantir o acesso a terra por meio da sua propriedade. Tal processo é irracional já que se coloca como um entrave para o

próprio desenvolvimento do capital (MARX, 1980). A segunda forma, que é marcada pela grilagem de terras, remete ao histórico processo de ocupação que caracteriza diferentes regiões do país. O Professor Bernardo Mançano Fernandes (1996) expõe exatamente a forma como se deu a prática de grilagem de milhões de hectares de terras principalmente na região oeste do estado de São Paulo, hoje área de expansão da agroindústria sucroalcooleira e onde se insere a região de Andradina. O autor evidencia como esse processo resultou, em diferentes regiões do país, num histórico de conflitos sociais, marcado pela presença de Movimento Social em luta pela Reforma Agrária.

Considerando essas formas de apropriação, o suposto proprietário de terras na realidade está se apropriando da possibilidade de extrair renda. De cobrar renda seja lá de quem queira nessa terra produzir. Dessa forma, o aspecto *vantajoso* apontado por parte dos proprietários, que arrendam terra para a agroindústria da cana, se deve ao fato de que na condição de rentistas, recebem renda sem nenhum dispêndio de força de trabalho, já que com a expansão do monocultivo da cana, quem vai comandar a produção das terras é a agroindústria sucroalcooleira, que aparece na condição de arrendatário.

Com a utilização de tal argumento, esses proprietários de terras equivocadamente elevam sua propriedade à condição de capital, a espera de gerar “maiores lucros” em conjuntura considerada mais oportuna. Tal raciocínio coloca a propriedade da terra como sendo um investimento, o que se trata de um equívoco já que terra não é capital, no sentido em que não pode ser caracterizada como um investimento. Uma irracionalidade, pois o sentido de capital se refere àquilo que é

resultado do dispêndio de trabalho, e terra não pode ser fruto de trabalho (MARX, 1980). Em outras palavras, não se cria terra, mas sim, se produz a partir dela! Nesse sentido é que está o equívoco de associar terra a capital (OLIVEIRA, 1986).

Vê-se que para realizar suas atividades, a agroindústria da cana ou imobiliza parte do seu capital comprando terra, para isso deverá converter parte do seu capital-dinheiro em renda capitalizada, renda antecipada, para enfim adquirir o direito de extrair renda; ou deverá “arrendar terras” de outrem para produzir, isto é, “pagar” renda aos proprietários de terras (OLIVEIRA, 1986). Esta é a forma como tem ocorrido principalmente nas *novas* áreas de expansão do capital sucroalcooleiro, aspecto que até o presente momento é apontado pelos proprietários de terras como uma *vantagem*.

Mas se por um lado os proprietários de terra se apropriam da possibilidade de cobrar renda, seja lá de quem queira em suas terras produzir, por outro a agroindústria, que comanda o processo produtivo tende a forçar a apropriação desse lucro suplementar, procedimento que se realiza pela tendência a diminuição dos valores pagos pelo arrendamento de terras. Assim, começa a se observar na relação entre o capital sucroalcooleiro e a classe dos proprietários de terras, principalmente após consolidação da presença do complexo agroindustrial, a tendência a um choque de interesses, em função da redução dos valores repassados pelo arrendamento de terras da agroindústria aos proprietários fundiários.

Esse aparente choque de interesses se repete no contexto da expansão da cana em diversas regiões. Segundo análise da Professora Valéria de

Marcos (2008)<sup>7</sup>, quando se inicia o arrendamento de terras pela agroindústria, esse processo de “arrendar terras” se estabelece a partir do pagamento de valores que suplantam o rendimento da atividade econômica que existia anteriormente (no caso da região de Andradina, principalmente a pecuária). Posteriormente, ano a ano, esses valores pagos aos proprietários de terra são reduzidos, isto já no momento em que a canavicultura se solidifica em seu processo de expansão.

Ao analisar o processo de acumulação da agroindústria, percebe-se que a diminuição dos valores de arrendamento, possivelmente caracteriza-se não como uma tendência orientada pelo mercado, mas na realidade como um processo imputado pelo capital agroindustrial no sentido de transferir renda fundiária dos proprietários de terra para a agroindústria. Essa transferência de renda representa nada mais que o agravamento da crise da reprodução do capital agroindustrial, mostrando a insuficiência do seu processo de acumulação gerar sua reprodução ampliada. Em outros termos, a agroindústria busca com a transferência de renda da terra uma forma de remunerar seu próprio capital, que em crise não consegue repor seus “próprios” investimentos (ALFREDO, 2007), o que de certa forma soa com certa ironia, já que esses mesmos investimentos advêm da subvenção estatal.

### **Considerações finais**

Com a efetivação desse processo, constata-se que mesmo a transferência de renda da terra para o setor agroindustrial não tem sido suficiente

---

<sup>7</sup> Informação fornecida pela Professora Valéria de Marcos na oficina *Agroenergia e Crise de Alimentos*, atividade realizada durante a V Semana de Geografia, 2008. Evento realizado pelo Dep. de Geografia (FFLCH/USP).

para remunerar este capital, que em expansão, busca aumentar o repasse de massa de renda da terra através do avanço do monocultivo da cana para *novas* áreas.

Da apropriação de massa de renda da terra, o capital agroindustrial busca, inutilmente, resolver sua crise. Inútil, pois, no campo, a expansão da agroindústria para *novas* áreas, ao contrário de ser uma forma de resolver a crise de acumulação do capital, representa a acentuação dessa crise. Tal agravamento da reprodução crítica do capital, no campo aparece na forma do aumento massa de renda da terra, concomitante a diminuição da magnitude da renda, o que pode ser explicado pela necessidade de sucessivas aplicações de capital para desenvolver a produção nessas *novas* áreas. Tal questão é mais bem compreendida nos termos do próprio Karl Marx (1980), ao discutir a geração de renda da terra em virtude da aplicação de capitais. Segundo o autor:

Se as aplicações adicionais de capital, em vez de se fazerem sucessivamente no mesmo solo, se fizerem paralelamente em novos solos adicionais de qualidade correspondente, teria aumentado a massa de renda global e a renda da totalidade da superfície cultivada, mas não a magnitude da renda por acre. Com o mesmo resultado para massa e valor da produção global e do lucro suplementar, a concentração de capital em área menor aumenta a magnitude da renda por acre, quando, nas mesmas condições, se dispersasse por área maior, não se alterando as demais circunstâncias, não produziria o mesmo efeito (MARX, 1980).

Isso se efetiva na prática pelo agravamento da incapacidade que a agroindústria encontra de repor seus investimentos, sucessivos e necessários no sentido realizar sua expansão. Mesmo intensificando a subsunção da renda

fundiária aos seus desígnios, no sentido de tentar superar sua crise de acumulação, o capital agroindustrial não tem se mostrado capaz de contemplar seus pressupostos (ALFREDO, 2007). Assume este papel, como apresentamos na primeira seção deste trabalho, a figura do Estado, que na lógica do agronegócio continua sua política de subvenções; nesses termos já que todo dispêndio de capitais do Estado para o setor jamais são repostos, haja vista o histórico do Proálcool (BRAY, 2000). Dessa maneira, a idéia de expansão do capital agroindustrial no Brasil, no limite revela o aprofundamento da crise da reprodução crítica do capital!

### **Referências Bibliográficas:**

ALFREDO, Anselmo. *Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação*. In: **Geosp**, n. 24, DG-FFLCH-USP, p. 63-108, 2007.

ALVES, F. *Por que morrem os cortadores de cana?* In: **Saúde e Sociedade**. São Paulo: v. 15, nº 3, p. 90-98, 2006.

ANDRADE, M. C. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARBEX, M. A. *Avaliação dos efeitos do material particulado proveniente da queima da plantação de cana-de-açúcar sobre a morbidade respiratória na população de Araraquara – SP*. São Paulo, 2002. Doutorado (Doutorado em Patologia). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

AZEVEDO, J.R.N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A.M.S. *A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP)*. In.: **Geografia em Atos**. Presidente Prudente: n.6, v.1, dez. de 2006.

\_\_\_\_\_. *A (re) organização o capital agroindustrial canavieiro. O caso do Oeste Paulista*. In.: **Geografia em Atos**. Presidente Prudente: n.8, v.1, 2008.

BOMBARDI, L.M. *O avanço dos agrocombustíveis no estado de São Paulo e suas implicações territoriais*. In: **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Niterói - RJ. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009. p. 1-21.

BRAY, S. C. *As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil*. Sílvio Carlos Bray, Enéas Rente Ferreira e Davi Guilherme Gaspar Ruas. Marília: Unesp-Marília Publicações, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br> >.

BRITO, A. *BNDES libera R\$ 5,2 bilhões para usinas de cana neste ano*. In: **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo: 19 nov. 2008.

FERNANDES, B.M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

KURZ, R. *O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

MARX, K. *Conversão do Lucro Suplementar em Renda Fundiária*. In: **O Capital. O Processo Global de Produção Capitalista**, Livro Terceiro, vol. 6, Tradução Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARCOS, V. de. *Agroenergia e crise de alimentos*. In: **V Semana de Geografia da USP**. São Paulo. Oficina "Agroenergia e crise de alimentos" ministrada durante a V Semana de Geografia da USP, no dia 27/09/2008 - 04 h.

MIALHE, L.G. *Máquinas agrícolas: ensaios e certificação*. Piracicaba: FEALQ, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. *Etanol, o novo mito do agronegócio*. Texto elaborado para o **Jornal Sem Terra** (08/04/2007).

\_\_\_\_\_. *Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 02, n. 21, 2003.

\_\_\_\_\_. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais conflitos e Reforma Agraria*. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

\_\_\_\_\_. *Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra*. In: **Orientação**, São Paulo, n.7, p.77-85. IGEOG/USP, 1986.

PAULINO, E. T. *Concentração e ociosidade de terras: rentismo à brasileira*. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. Pg. 344 – 345.

PETROBRAS. *Relatório de Atividades de 2006*. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em 12/05/2008.

REGO, M..T. R. *O Proálcool na região de Araçatuba: o doce fiel do binômio cana-boi*. São Paulo, 1990. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/FFLCH/USP).

RIBEIRO, H. *Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória*. In: **Revista de Saúde Pública da USP**. São Paulo, 2008. 7p.

SILVA, M. A. S. da; GRIEBELER, N. P.; BORGES, L. C. *Uso de vinhaça e impactos nas propriedades do solo e lençol freático*. In.: **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande: n.1, v.11, p.108-114, 2007.

UNICA: União da Agroindústria Canavieira. *Dados e Cotações – Estatísticas. 2009*. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/producaodeetanol.xls>>.